



PARA:

Câmara Municipal do Recife

Luciano Henrique dos Santos

CURSO:

Reforma Tributária na Prática para o Setor Público

IBS • CBS • Imposto Seletivo • Transição • Obrigações Acessórias • Documentos Fiscais • Split Payment

Número de Controle da Proposta: 1641/2026

Reforma Tributária na Prática para o Setor Público

IBS • CBS • Imposto Seletivo • Transição • Obrigações Acessórias • Documentos Fiscais • Split Payment

Apresentação do curso:

O curso **“Reforma Tributária na Prática para o Setor Público”** tem por objetivo capacitar servidores públicos para compreender, interpretar e aplicar, de forma técnica, segura e operacional, o novo modelo de tributação sobre o consumo instituído no ordenamento jurídico brasileiro pela **Emenda Constitucional nº 132/2023**, regulamentado principalmente pelas **Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026**, bem como pelos atos infralegais indispensáveis à sua implementação.

A capacitação aborda a estrutura do **IVA Dual brasileiro**, composto pelo **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)** e pela **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**, além do **Imposto Seletivo (IS)**, destacando os princípios estruturantes do novo sistema, o período de transição entre os modelos, os impactos diretos na atuação da Administração Pública e as mudanças relevantes na lógica de arrecadação, fiscalização e controle.

O curso também dedica atenção especial à **operacionalização da Reforma Tributária**, com foco nas **obrigações acessórias**, nos **documentos fiscais eletrônicos (NF-e, CT-e e NFS-e)**, no papel normativo das **Notas Técnicas**, bem como no **mecanismo de split payment**, preparando o servidor para atuar de forma preventiva, técnica e alinhada às novas exigências institucionais do sistema tributário nacional.

Público Alvo:

Servidores públicos federais, estaduais e municipais, especialmente das áreas de arrecadação, fiscalização, contabilidade pública, controle interno, contratos administrativos, compras públicas, gestão orçamentária e jurídica-administrativa.

Quem vai ministrar o Curso?



Fabio Rek

Professor MBA, Contador, Perito, Consultor e Especialista em eSocial, com grande experiência em Departamento Pessoal, controles internos, auditoria interna e rotinas da folha de pagamento. Pós-Graduação em Contabilidade, Perícia e Auditoria. Pós-Graduação em Administração, Controladoria e Contabilidade. Perito em

Contabilidade, Grafotécnico e em cálculos trabalhista – inicial e liquidação de sentença. Ministra Cursos e Palestras de Implantação do eSocial, abordagem geral para Órgãos Públicos e Empresas Privadas. Cursos de Departamento Pessoal e Auditoria em Folha de Pagamento. Cursos de Retenções de Tributos.

Investimento:

Investimento por inscrição (unitário): R\$ 4.290,00

Curso	Nº de participantes	Investimento unitário	Total
Reforma Tributária na Prática para o Setor Público Turma 3/2026 14 a 16 de outubro 2026 Recife, PE Carga Horária: 21 horas / 1 dias Horário: 08h30 às 16h30	2	R\$ 4.290,00	R\$ 8.580,00

INCLUSO

Certificado de conclusão; Kit exclusivo do aluno; Material didático; Coffee-break e almoço.

Local de Realização

Cidade: Recife, PE

Local: HOTEL TRANSAMERICA PRESTIGE BEACH CLASS BOA VIAGEM

Endereço: Av. Boa Viagem, 420 - Boa Viagem | Tel: (81) 3039-9000

[!\[\]\(b64b40baaee5acddc1eab8538ba84754_img.jpg\) Ver no mapa](#)

Conteúdo Programático

MÓDULO 1 - Fundamentos Constitucionais, Econômicos e Operacionais da Reforma Tributária *[O que muda na lógica de controle, arrecadação e leitura da operação tributável]*

- Crise estrutural do modelo anterior de tributação sobre o consumo;
- Limitações operacionais do sistema baseado em ICMS, ISS, PIS, COFINS E IPI;
- Fundamentos constitucionais da reforma tributária;
- Emenda constitucional nº 132/2023 e reestruturação do sistema tributário;
- Conceito de IVA e opção brasileira pelo modelo dual;
- Distinção entre IBS, CBS e imposto seletivo;
- Cálculo “por dentro” e cálculo “por fora”;
- Princípios estruturantes do novo modelo:
 - Destino;
 - Não cumulatividade plena;
 - Neutralidade;
 - Transparência;
 - Crédito financeiro.
- Mudança de paradigma na atuação do Estado e dos agentes públicos.

MÓDULO 2 - Arquitetura Normativa e Cronograma de Implementação da Reforma *[O que muda em cada etapa para o órgão público, para o documento fiscal e para a execução administrativa]*

- hierarquia normativa da Reforma Tributária:
 - EC nº 132/2023;
 - LC nº 214/2025;
 - LC nº 227/2026;
 - Ajustes SINIEF;
 - Notas Técnicas e manuais operacionais.
- cronograma de implementação entre 2026 e 2033;
- período de testes, convivência de regimes e extinção progressiva dos tributos substituídos;
- fase de testes de IBS e CBS e seus efeitos práticos;
- alíquota de referência e alíquota padrão;
- risco operacional da convivência entre sistema antigo e sistema novo;
- leitura crítica da transição sob a ótica da Administração Pública.

MÓDULO 3 - Incidência, Fato Gerador, Base de Cálculo e Tributação no Destino *[Como ler a operação corretamente e evitar erro de enquadramento, cálculo e destinação da receita]*

- Hipótese de incidência do IBS e da CBS;

- Conceito legal de fornecimento de bens e serviços;
- Fato gerador e momento de ocorrência;
- Hipóteses específicas envolvendo a Administração Pública;
- Operações continuadas, fracionadas e fornecimentos complexos;
- Bens e serviços distintos em uma única operação;
- Tratamento do fornecimento principal e acessórios;
- Base de cálculo:
 - Regra geral;
 - Montante integral da operação;
 - Juros, multas, encargos, frete, seguros e demais acréscimos.
- Local da operação e tributação no destino;
- Impacto da mudança de origem para destino na arrecadação e no controle.

MÓDULO 4 - Transição e Impactos da Reforma Tributária na Administração

Pública *[Como a Reforma altera a equação econômica do contrato e o papel do gestor, do fiscal e do controle interno]*

- Impactos da Reforma na formação de preços públicos;
- Reflexos em licitações, contratos administrativos e execução contratual;
- Mudança na matriz de custos dos fornecedores;
- Repercussões no equilíbrio econômico-financeiro dos contratos;
- Reequilíbrio, revisão e repactuação em contexto de transição tributária;
- Riscos de sobrepreço, pagamento indevido e judicialização;
- Efeitos da extinção progressiva de benefícios fiscais;
- Reorganização federativa e impactos sobre planejamento institucional;
- Impactos orçamentários e necessidade de adaptação das rotinas de acompanhamento fiscal.

MÓDULO 5 - Comitê Gestor do IBS, Arrecadação Centralizada e Governança

Federativa *[Como o IBS passa a circular do contribuinte ao ente público e o que muda na rotina dos órgãos públicos]*

- Fundamento constitucional da gestão compartilhada do IBS;
- Tratamento legal do Comitê Gestor do IBS nas LC nº 214/2025 e nº 227/2026;
- Competências do Comitê Gestor:
 - Arrecadação centralizada;
 - Distribuição automática da receita;
 - Padronização de procedimentos;
 - Fiscalização compartilhada;

- Gestão nacional de dados.
- Efeitos sobre a autonomia operacional dos entes;
- Integração entre Estados, Municípios, Distrito Federal e Receita Federal;
- Impactos técnicos para arrecadação, fiscalização, controladoria e auditoria;
- Fluxos sistêmicos do IBS:
 - Contribuinte;
 - Documento fiscal;
 - Apuração;
 - Comitê Gestor;
 - Ente de destino.
- Riscos operacionais na partilha, na destinação e na consistência de dados.

MÓDULO 6 - Obrigações Acessórias, DF-e, Notas Técnicas e NFS-e Nacional *[O que o servidor deve verificar no documento fiscal e quais erros documentais geram risco fiscal, financeiro e administrativo]*

- Centralidade dos documentos fiscais eletrônicos no modelo do IVA Dual;
- Nova lógica das obrigações acessórias;
- Ajuste SINIEF e padronização nacional das informações fiscais;
- Papel das Notas Técnicas na implementação da Reforma;
- Diferença entre norma geral, regulamento, manual e NT;
- Publicação antecipada de NTs e importância da homologação;
- Adequações da NF-e, CT-e e NFS-e ao novo sistema;
- Campos estruturantes:
 - Cclastrib;
 - Segregação de CBS, IBS estadual, IBS municipal e IS;
 - Base de cálculo;
 - Alíquota;
 - Valor do tributo;
 - Local de destino.
- Notas de débito e notas de crédito;
- NFS-e Nacional, adesão municipal e adequação de sistemas próprios;
- Tabela NBS e classificação de serviços;
- Leitura crítica de DF-e pela Administração Pública.

MÓDULO 7 - Split Payment, Créditos, Controle e Responsabilização Funcional *[Como o novo modelo afeta pagamento, controle, crédito, fiscalização e responsabilidade institucional]*

- Conceito e fundamentos do split payment;
 - Integração entre documento fiscal e meio de pagamento;
 - Papel das instituições financeiras e dos prestadores de serviços de pagamento;
 - Fluxo técnico da operação:
 - Emissão da NF-e;
 - Liquidação financeira;
 - Segregação do valor do tributo;
 - Repasse ao comitê gestor e à receita federal;
 - Impactos do split payment na arrecadação, no fluxo financeiro e na inadimplência tributária;
 - Nova sistemática de apropriação de créditos;
 - Crédito condicionado à regularidade e à consistência sistêmica;
 - Não cumulatividade plena e gestão eletrônica de créditos;
 - Riscos operacionais:
 - Divergência entre df-e e pagamento;
 - Erro de classificação;
 - Erro de destino;
 - Inconsistência de dados compartilhados;
 - Falha sistêmica.
 - Reflexos para auditoria, controle interno e responsabilização do agente público;
 - Estudo de casos práticos com documentos simulados.
-

Informações Importantes:

1. **Aquisição de passagens aéreas e hospedagem:** Solicitamos que passagens aéreas e reservas de hospedagem sejam realizadas **apenas após a confirmação oficial do curso pela Esafi**, pois sua realização depende do quórum mínimo de participantes.
2. **Inscrições:** Recomendamos que as inscrições sejam feitas com antecedência, para viabilizar a confirmação da turma. A inscrição inicial é uma pré-inscrição, sem vínculo formal. Não é necessário envio imediato da nota de empenho. A vaga será confirmada somente após o envio da nota de empenho. O envio desta proposta não garante reserva de vaga.
3. **Certificado:** O certificado físico será entregue ao final do curso ao participante que obtiver **mínimo de 75% de frequência**, mediante assinatura diária da lista de presença (manhã e tarde).
4. **Nota fiscal eletrônica:** A nota fiscal será emitida no **primeiro dia útil após o curso**, salvo solicitação de antecipação, e enviada por e-mail ao responsável e ao participante.
5. **Confirmação da turma:** A turma será confirmada após atingir o quórum mínimo. A Esafi poderá, excepcionalmente, não realizar o curso por motivo de força maior, comunicando com **mínimo de 5 dias de antecedência**.

Dados para emissão da nota de empenho:

ESAFI – Escola de Administração e Treinamento Ltda.

Av. Rio Branco, nº 1765, salas 05 e 06 – Praia do Canto, 29.055-643, Vitória, ES

CNPJ: 35.963.479/0001-46

Inscrição Municipal: 038.206-7 | **Inscrição Estadual:** Isento

Certidões: <https://www.esafi.com.br/certidoes>

Formas de pagamento:

O pagamento poderá ser realizado por nota de empenho ou transferência, ordem bancária ou Pix para uma das seguintes contas:

Banco do Brasil: Agência: 0021-3 | Conta Corrente: 104154-1

Caixa Econômica Federal: Agência: 1564 | Conta Corrente: 908-8 (Operação 003)

Pix: 35963479000146 (CNPJ)

Dados da Proposta

Instituição: Câmara Municipal do Recife
Solicitante: Luciano Henrique dos Santos
E-mail: lucianoh@recife.pe.gov.br
Data da proposta: 30/09/2026

Validade da Proposta:

30 (trinta) dias.

Vitória, ES, 30 de setembro de 2026.

Cordialmente,



PIERRE CUNHA DE ALMEIDA
Representante Legal
Diretor Executivo da Esafi